

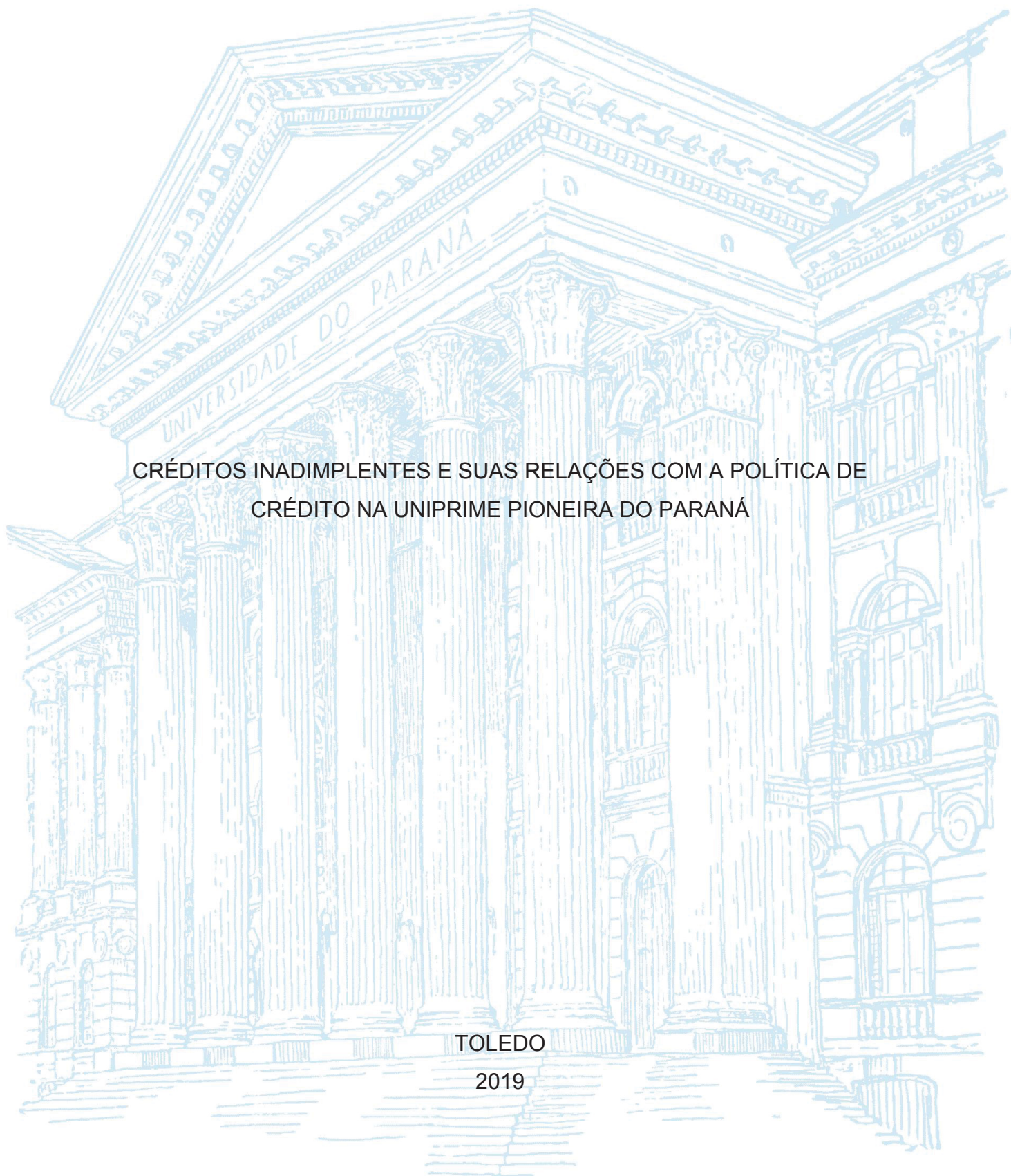
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JEAN CARLO CEOLATO FEITEN

CRÉDITOS INADIMPLENTES E SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA DE
CRÉDITO NA UNIPRIME PIONEIRA DO PARANÁ

TOLEDO

2019



JEAN CARLO CEOLATO FEITEN

CRÉDITOS INADIMPLENTES E SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA DE
CRÉDITO NA UNIPRIME PIONEIRA DO PARANÁ

Artigo apresentado como requisito para
requisito para à conclusão do MBA
em Banking para Cooperativas de
Crédito, Setor de Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Wagner da
Fonseca

TOLEDO
2019

Créditos Inadimplentes e suas relações com a Política de Crédito na Uniprime Pioneira do Paraná

Jean Carlo Ceolato Feiten

RESUMO

Uma das situações relevantes encontradas nas instituições financeiras, inclusive nas cooperativas de crédito, é o crescente número de cooperados inadimplentes. Diante disso, este trabalho buscou reanalisar as propostas de crédito inadimplentes a fim de encontrar justificativas e soluções para a minimização deste problema. Durante o estudo foi constatado que a política de crédito na cooperativa não vem sendo utilizada de forma correta pelos colaboradores sendo subestimada quanto sua capacidade de conceder um crédito seguro. Foi possível concluir que para minimizar a inadimplência na cooperativa, a política de crédito deve sofrer pequenos ajustes, mas principalmente deve-se cumprir com rigorosidade suas exigências, além do alinhamento entre os colaboradores que estão envolvidos na concessão do crédito.

Palavras-chave: Cooperativas. Política de Crédito. Inadimplência.

ABSTRACT

One of the relevant situations found in financial institutions, including credit unions, is the increasing number of defaulted cooperatives. In view of this, this work sought to re-analyze the defaulted credit proposals in order to find justifications and solutions to minimize this problem. During the study it was verified that the credit policy in the cooperative has not been used in a correct way by the employees being underestimated as to its ability to grant a secured credit. It was possible to conclude that in order to minimize delinquency in the cooperative, credit policy should undergo minor adjustments, but especially its requirements should be strictly adhered to, as well as alignment among employees who are involved in credit granting.

Keywords: Cooperatives. Credit Policy. Defaults.

1. INTRODUÇÃO

Constituída pelos seus sócios fundadores em 03 de janeiro de 1996 na cidade de Toledo, e atualmente em mais 8 cidades, a Uniprime Pioneira do Paraná tem como objetivo a assistência financeira e prestação de serviços aos seus associados, através de ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, direcionando primeiramente o atendimento aos médicos, e posteriormente abrangendo os demais profissionais da saúde.

No primeiro semestre de 2018, o quadro social sofreu alteração, mudando para livre admissão de novas empresas não necessariamente integrantes na área da saúde.

Devido a abertura do quadro social e a busca em conceder créditos seguros, as instituições financeiras procuram adotar métodos que auxiliem na gestão dos riscos das operações de crédito. Assim, a cooperativa Uniprime investe em conhecimento e profissionalização de seus colaboradores a fim otimizar esses processos.

A política de crédito é importante e necessária para as instituições financeiras, pois padroniza as análises de crédito a serem concedidas aos cooperados evitando assim a inadimplência na cooperativa. Dado que a política de crédito é uma ferramenta de extrema relevância na concessão do crédito, os casos de propostas inadimplentes são oriundos de uma política mal elaborada ou mal utilizada?

Este trabalho analisou a utilização da política de crédito verificando que a política não somente é suficiente para conceder crédito seguro, como também é necessária para um melhor alinhamento entre os colaboradores na aplicação rigorosa de seus critérios.

Essa verificação foi importante para a cooperativa pois, além de evitar gastos desnecessários com a elaboração de uma nova política, ela otimiza os resultados com a diminuição da inadimplência, minimiza o esforço com cobranças e promove um maior alinhamento entre as partes envolvidas no processo de concessão e análise.

A estrutura do trabalho esta dividida em introdução, revisão bibliográfica, diagnóstico e descrição da situação problema, análise das operações, proposta técnica para a solução da situação-problema e conclusão.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Instituições Financeiras

A instituições financeiras são definidas conforme a Lei nº 4.595, que expõe:

Art. 17º - Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. (BRASIL, 1964).

Para Oliveira (1999), Instituição Financeira, pode ser definida como uma organização estruturada e coordenada, prevista em lei ou regulamento legalmente autorizado, com objetivo e finalidade, mediante atividade peculiar de gerenciamento de recursos próprios e/ ou de terceiros, prover meios pecuniários para financiar a aquisição de bens e serviços, a realização de empreendimentos, a cobertura de despesas pessoais ou gerais, a manutenção de capital de giro, o abatimento de dívidas preexistentes, e as demais atividades inerentes à vida econômica das pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado.

No Brasil, as instituições financeiras apenas poderão funcionar após prévia autorização do Banco Central do Brasil, e serem integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como previsto na Lei nº 4.595/64 (art. 17 c/c art. 18, §1º), onde são exclusivamente:

- estabelecimentos bancários oficiais ou privados;
- sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- caixas econômicas;
- cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas.

2.2 Cooperativas de Crédito

Desde a antiguidade, os homens vêm cooperando entre eles de diversas formas. A primeira cooperativa no mundo surgiu na cidade de Rochdale, na Inglaterra, em 1844, quando 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo, e posteriormente em 1847, surgiu primeira cooperativa de crédito, três anos mais tarde (PINHEIRO, 2008).

Pinheiro (2008) afirma que no Brasil a primeira sociedade brasileira a utilizar em sua denominação “Cooperativa” foi, possivelmente, fundada em 1889, em Minas Gerais, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários de Públicos de Ouro Preto.

Embora as cooperativas se configurem como instituições financeiras, elas não são consideradas bancos, mas sim associações de pessoas, com forma, natureza jurídica e objetivo distinto.

Naves (2007) afirma que as cooperativas de crédito não dependem de subsídios externos, pois são os próprios associados que geram sua capitalização e captam recursos.

Instituída pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as sociedades cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, constituídas para prestar serviços aos associados, para exercício de uma atividade específica, de utilidade comum, sem fins lucrativos, com algumas características: adesão voluntária, com número ilimitado de associados, variabilidade do capital social, inacessibilidade das quotas do capital a terceiros, quórum para funcionamento, singularidade de voto, retorno das sobras líquidas do exercício, neutralidade política, religiosa, racial e social, prestação de serviço aos associados e área de admissão de associados limitada. (BRASIL, 1971).

As sociedades cooperativas são consideradas:

- singulares, constituídas por no mínimo 20 (vinte) pessoas físicas;
- cooperativas centrais ou federações, que são constituídas de no mínimo 3 (três) singulares;
- confederação de cooperativas, as constituídas pelo menos de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais.

2.3 Quadro Social

Em 20 de dezembro de 1965, a Resolução nº 11 do Conselho Monetário Nacional (CMN), veta as cooperativas de crédito o uso da palavra “banco” em sua denominação, sendo que autorizada a constituição e o funcionamento sob duas modalidades (PINHEIRO, 2008):

- cooperativas de crédito de população rural com o objetivo de operar em crédito;
- cooperativas de crédito com quadro social formado unicamente por empregados de determinada empresa ou entidade pública ou privada.

Segundo Figueiredo (2001), o quadro social de uma sociedade cooperativa é o conjunto de indivíduos cooperados a uma organização, em outras palavras, o quadro social é organizar os indivíduos associados a uma cooperativa.

Lima e Amaral (2011) destacam que nos últimos anos, ocorreram no Brasil, importantes alterações normativas relacionadas ao cooperativismo de crédito. Merece destaque a edição da Resolução CMN 3.106, de 25 de junho de 2003, que permitiu a criação de cooperativas de crédito de livre admissão, e a transformação das cooperativas de crédito existentes nesta nova modalidade.

Pinheiro (2008), define os tipos mais comuns de cooperativas de crédito:

- cooperativas de crédito agrícola, sendo a composição de seu quadro social deve ser de no mínimo 60% por agricultores;
- cooperativas de crédito mútuo, só poderão ser admitidos como associados pessoas de determinada profissão, classe ou corporação;
- cooperativas populares de crédito urbano, tipicamente urbanas, de livre admissão de associados;
- cooperativas de crédito profissionais, de classe ou de empresas, semelhantes às cooperativas de crédito mútuo, e diferenciam-se por não exigir vínculo entre os cooperados, mas simples afinidade, e por realizarem operações passivas com não-associados.

Conforme Estatuto da cooperativa estudada, sua atividade inicial foi como cooperativa de crédito mútuo, onde atendia médicos e demais profissionais da saúde, posteriormente passando a admitir indivíduos com suas ramificações sendo cônjuges, pais, filhos e empresas de cooperados, e recentemente, passou a ser livre admissão.

Dessa forma, poderão se associar à cooperativa de crédito quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que residam na área de atuação estabelecida em seu Estatuto Social.

2.4 Política e Análise de Crédito

O crédito para Schrickel (1995) ou disposição em ceder, é um termo utilizado para algo que transmitimos confiança, acreditar em algo ou alguém. No ambiente financeiro, podemos descrever como o ato ou vontade de dispor recursos financeiros próprios para a utilização de terceiros, de forma temporária, aguardando o retorno integral do capital por dinheiro ou bens.

Schirickel (1998) assegura que toda análise de um crédito deve-se considerar diversos aspectos, como por exemplo o histórico do cliente ou seja seu caráter, mas não apenas ele, pois o risco da perda está no futuro, sendo

assim qualquer cliente adimplente poderá um dia se tornar um cliente inadimplente, não por vontade própria, mas por diversos fatores que podem interferir em sua renda e assim surgir a inadimplência.

Hoji (2003) cita os 5 “C”s para análise do crédito, afirmando que a estrutura oferece uma análise aprofundada do associado e da operação de crédito:

- Caráter: Idoneidade no mercado de crédito;
- Capacidade: Habilidade de pagar e converter investimento em receita;
- Capital: Situação financeira;
- Colateral: Situação patrimonial;
- Condições: Impacto de fatores externos sobre a fonte geradora de receita.

Segundo Braga (2008), para uma concessão de crédito para uma empresa é necessário uma análise dos demonstrativos financeiros da empresa (Balanço Patrimonial, DRE), referência cadastral (fornecedores, bancos) e visita as instalações da empresa (organização, tamanho).

Em administração de empresas, as políticas são instrumentos que determinam padrões de decisões para a resolução de problemas semelhantes. Para cada problema que surge deverá ser tomada uma decisão, mas esta poderá ser singular, devido as suas particularidades, não sendo possível estabelecer-se na política. Entretanto, tratando-se de fatos repetitivos e semelhantes, recomenda-se a adoção de uma política de resolução (SILVA, 2000).

Podemos definir o crédito como uma forma de levantar recursos para a utilização no desenvolvimento econômico de um determinado setor para a economia, de modo a financiar agentes econômicos os quais podem ser famílias, o Estado, empresas, com finalidades específicas ou de necessidades de consumo.

Silva (2003) destaca que o crédito corresponde a entrega de determinado valor mediante a um compromisso de pagamento futuro. Do mesmo modo, nas operações de crédito das instituições financeiras, o risco é intrínseco e impossível de ser eliminado. Apesar disso, o risco pode ser identificado, avaliado e administrado com mecanismos que a instituição possui, para que seja

mensurado e classificado para que haja segurança nas operações a serem concedidas.

Schrickel (1995) destaca que é necessário percorrer três etapas distintas em qualquer situação para uma concessão de crédito, segundo ele, são:

- Análise retrospectiva – Refere-se à avaliação do desempenho histórico do potencial tomador, sendo identificado quais são os maiores fatores de risco próprios à sua atividade e como esses riscos foram controlados ou contornados no passado. Seu objetivo principal é de identificar na sua análise histórica quais os fatores na condição atual do tomador, possam causar-lhes eventuais dificuldades ou questionamentos quanto ao almejado.
- Análise de tendências – Define-se como análise razoável de uma segura projeção das condições financeiras futuras do tomador, associada à capacidade de suportar determinado nível de endividamento, incluindo a operação em análise.
- Capacidade creditícia – Procede das duas etapas anteriores, tendo como objetivo a avaliação do atual grau de risco que o tomador apresenta, bem como o provável risco futuro, que conseqüentemente dará a estrutura de uma proposta de crédito.

3. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

3.1 Descrição geral da organização

O presente estudo foi realizado em uma cooperativa de crédito, localizada na região oeste do Paraná, Uniprime Pioneira do Paraná Cooperativa de Crédito LTDA, com sua sede na cidade de Toledo – PR, a mesma encerrou o ano de 2018 com uma carteira de crédito no valor de R\$ 170.155.985,00 e obteve um resultado de R\$ 6.365.700,00, com a quantia de 7.435 cooperados e 89 colaboradores.

Sua constituição em 03 de janeiro de 1996, foi devido a uma necessidade da UNIMED Costa Oeste - Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, que opera com planos de saúde, de fomentar recursos e condições financeiras mais acessíveis do que o mercado oferecia.

Desde a constituição da cooperativa, seu foco principal foi ofertar produtos, serviços e orientações financeiras com eficiência, qualidade e segurança para seus cooperados que eram médicos e empresas do segmento da saúde. Ao passar do tempo, foi expandindo sua área de atuação bem como seu público alvo, crescendo dos demais profissionais da saúde, como odontólogos, fisioterapeutas, enfermeiros, educadores físicos entre outros.

Visto a restrição do seu quadro social, a cooperativa optou em admitir as ramificações de seus já cooperados, sendo eles os cônjuges, filhos, empresas, funcionários das empresas, para abranger mais o mercado, sem perder a qualidade.

Com a redução da taxa Selic em 2017 e uma perspectiva de ser ainda menor para 2018, a diretoria decidiu como estratégia abrir o quadro social para livre admissão de cooperados, buscando principalmente a admissão de novas empresas e pessoas físicas de alta renda.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Foi utilizado para a realização deste estudo o método quantitativo e qualitativo, que buscou evidenciar os critérios da política de crédito a fim de verificar sua eficiência e a necessidade de possíveis adequações para o novo quadro social.

Para que as análises sejam feitas foram coletadas amostras de operações de crédito inadimplentes anteriores e posteriores a livre admissão verificando se o crédito foi bem concedido ou não. Em caso negativo, foi avaliado se o erro era da própria política ou concedido em desacordo com a política.

Para que as amostras não sejam influenciadas elas foram coletadas aleatoriamente, porém preferencialmente das empresas de diferentes segmentos de atividades concedidas no período janeiro de 2016 a dezembro 2018.

Foi retirado um relatório de operações inadimplentes, reorganizados de acordo com o segmento e então selecionados de forma aleatória. Cada operação de crédito foi reanalisada seguindo estritamente a política de crédito e concluindo se a concessão foi realizada corretamente.

3.3 ANÁLISES DAS OPERAÇÕES

Foram selecionadas e analisadas oito operações de crédito inadimplentes, chamadas de Operações 1 a 8, para manter o sigilo bancário, conforme especificado na tabela abaixo:

Operação	Atividade Principal	Valor da Operação	Abertura da Conta	Data da Operação
1	Comércio de Insumos Agropecuários	R\$ 100.000,00	30/03/2015	19/09/2017
2	Consultoria Contábil	R\$ 200.000,00	12/04/2016	11/08/2016
3	Prestação de Serviços Médicos	R\$ 120.000,00	23/05/2016	16/06/2016
4	Fabricação de Artefatos de Madeira	R\$ 260.000,00	11/07/2013	18/01/2017
5	Fabricação de Artefatos de Madeira	R\$ 100.000,00	11/07/2013	13/09/2016
6	Distribuidora de Bebidas	R\$ 200.000,00	28/09/2017	07/02/2018
7	Academia	R\$ 60.000,00	25/02/2016	03/03/2016
8	Transportadora	R\$ 70.000,00	20/06/2018	05/07/2018

FONTE: O autor (2019).

Ao analisar individualmente as operações conforme política de crédito vigente, foram constatadas as seguintes situações:

A primeira operação analisada refere-se a um crédito no valor de R\$ 100.000,00 de uma empresa que atua no ramo de Comércio de Insumos Agropecuários, concedida em 19/09/2017. Esta, por sua vez, estava em conformidade com a política de crédito, pois foi analisado os indicadores financeiros e contábeis, seu histórico na cooperativa e restrições. Foi verificado que o cooperado possuía alto comprometimento na cooperativa e alto endividamento nas demais instituições financeiras. Essa situação foi mencionada pelo comitê de crédito, porém não havia justificativas suficientes na política de crédito para não recomendar a operação. Além disso, o parecer da agência poderia ser mais detalhado a fim de contribuir com uma análise mais adequada.

A segunda operação analisada foi no valor de R\$ 200.000,00 concedida em 11/08/2016 para uma empresa que atua com Consultoria Contábil, onde a mesma estava em desconformidade com a política de crédito, não sendo observado o valor limite de 70% para a garantia de alienação de imóvel e ausência da análise das demonstrações contábeis de no mínimo 3 exercícios. Todos os comitês aprovaram, com pareceres insuficientes, mesmo a empresa contendo alto endividamento e comprometimento que, embora não esteja especificado na política, deve ser levado em consideração para uma análise mais minuciosa.

A terceira operação no valor de R\$ 120.000,00 concedida para uma empresa de Prestação de Serviços Médicos, em 16/06/2016, estava em desconformidade com a política de crédito devido a ausência da análise das demonstrações contábeis da empresa. Além disso, o cooperado solicitou o crédito em menos de 30 dias de associação. O parecer da agência continha informações satisfatórias para a análise, sendo que o comitê de crédito subestimou a análise pelas garantias adicionais.

A quarta operação, concedida para uma empresa de Fabricação de Artefatos de Madeira no valor de R\$ 260.000,00, em 18/01/2017, estava em desacordo com a política, não sendo analisado os indicadores da empresa baseado em suas demonstrações contábeis, além do valor da operação ser superior ao limite permitido pela garantia da alienação do imóvel de 70%. Os pareceres não apresentavam as informações suficientes para a defesa da operação de crédito, com alto endividamento e comprometimento. Apesar dos fatores, o crédito foi concedido erroneamente.

A quinta operação no valor de R\$ 100.000,00 para uma empresa de Fabricação de Artefatos de Madeira em 13/09/2016, estava de acordo com a política de crédito, com garantias satisfatórias e bom histórico do cooperado. Foram analisados todos os critérios da política com pareceres completos e detalhados, entretanto a empresa possuía alto endividamento e comprometimento registrado.

A sexta operação analisada no valor de R\$ 200.000,00 concedida em 07/02/2018 para uma empresa Distribuidora de Bebidas, estava em discordância com a política de crédito, pela falta de análise dos balanços contábeis e elementos do crédito como os 5 C's. Esta empresa continha alto comprometimento. Os pareceres não apresentavam informações suficientes para a não concessão do crédito.

A sétima operação concedida para uma Academia no valor de R\$ 60.000,00 em 03/03/2016, estava em discordância com a política de crédito, pois a empresa possuía dívida vencida sendo que não é recomendado a concessão neste caso e não houve análise do balanço contábil. A empresa possuía menos de 30 dias de associação e alto endividamento.

A oitava operação no valor de R\$ 70.000,00 liberada para uma Transportadora em 05/07/2018, também estava em desacordo com a política de

crédito, pois não foram analisados os balanços da empresa. Empresa associada a menos de 30 dias na cooperativa além de ter um alto endividamento em outras instituições. Parecer do comitê de crédito não apresentou informações suficientes para análise.

Foi possível observar que em todos os casos analisados, uma rigorosa aplicação da política atual é suficiente para reduzir a inadimplência, e consequentemente melhorar os resultados da cooperativa, além de padronizar as concessões de crédito.

4. PROPOSTA TÉCNICA PARA A SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

4.1 Proposta técnica

Verificou-se que grande parte das operações de crédito inadimplentes analisadas são oriundas de uma política a qual não foi seguida, estando assim em desacordo com as orientações que encontram-se na literatura, acarretando gastos desnecessários na cobrança além de uma redução nos resultados da cooperativa.

Outro fator relevante é que cada colaborador preza por realizar seu trabalho com eficiência e por hora, um gerente esforçando-se para conceder o crédito, e um analista de crédito seguindo a política cordialmente, acabam entrando em conflito, pois um deseja atender o cooperado e outro preza a segurança da cooperativa.

Os demais colaboradores, além dos analistas de crédito, devem ter plena ciência da existência e acesso, quando necessário, a política de crédito, entendendo assim as etapas do processo, evitando que uma delas seja descumprida acarretando assim, uma concessão insegura.

4.1.1 Plano de implantação

Para evitar e minimizar os erros encontrados é necessário treinamento semanal ministrados pelos responsáveis do departamento de crédito em cada uma das agências podendo ser presencial ou via web, com os colaboradores envolvidos no processo de concessão de crédito. Disponibilizar, via intranet, a política de crédito atualizada. Oferecer um fórum para debates, sugestões e dúvidas sobre os critérios abrangentes pela política.

Organizar grupos de estudos da política de crédito entre os colaboradores de cada uma das agências, de modo que o maior contato com a política de crédito possibilite concessões mais imparciais e fieis as orientações e recomendações que prezam a segurança da cooperativa.

É importante que sejam efetuadas reuniões a fim de apresentar os resultados de cada uma das agências, evidenciando as operações inadimplentes, para que os erros das concessões sejam analisados evitando a reincidência.

4.1.2 Recursos

É necessário veículo para visitas nas agências e empresas quando necessário, materiais para anotação, dados gerenciais e contábeis, recursos audiovisuais para as reuniões e treinamentos, além da admissão de colaboradores que atendam a demanda.

4.1.3 Resultados Esperados

Com a aplicação correta da política de crédito na Uniprime é esperado uma redução da inadimplência, alinhamento e padrão nas análises entre os colaboradores, melhor desempenho dos comitês responsáveis e consequentemente um melhor resultado financeiro para a cooperativa.

4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

É esperado que embora seja recomendado e evidenciado a importância de seguir a política de crédito, pode acontecer de algum colaborador falhar durante o processo de concessão do crédito. Caso isso ocorra, os demais comitês trabalharão a fim minimizar o erro, lembrando sempre a importância de seguir as recomendações da política com a devida responsabilidade.

Caso ainda ocorra o aumento desproporcional da inadimplência de acordo com a carteira de crédito, mesmo seguindo corretamente a política atual, será feita uma nova análise verificando a necessidade de uma futura atualização de seus critérios.

5. CONCLUSÃO

Com este estudo foi possível verificar que muitas das concessões de crédito inadimplentes são oriundas de uma má aplicação da política de crédito e não de uma política de crédito deficiente, sendo assim, deve-se trabalhar no sentido de apresentar aos colaboradores envolvidos na concessão do crédito, a real relevância da utilização rigorosa desta política.

Nas análises ficou evidente que alguns itens exigidos na política são ignorados em relação a outros, a exemplo, o balanço e DRE das empresas, onde 75% das operações inadimplentes não tiveram este item analisado.

A cooperativa conta com uma política de crédito que atende suas necessidades atuais, no entanto, ela não vinha sendo aplicada da forma correta dentro do período estudado, evidenciando assim a importância deste trabalho.

É possível concluir que uma aplicação rígida da política de crédito unida ao treinamento dos colaboradores, surtirá efeitos positivos, pois assim todos terão o conhecimento e trabalharão com o mesmo objetivo para as concessões de créditos futuras.

6. REFERÊNCIAS

- BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. Lei nº 4.959, de 31 de dezembro de 1964. **Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4595.htm>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- FIGUEIREDO, R. M. **Dicionário Prático de Cooperativismo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.
- HOJI, M. **Administração Financeira: uma abordagem prática**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NAVES, C. F. B. **A sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito rural: um estudo de caso no Estado de São Paulo**. Ribeirão Preto, 2007.

OLIVEIRA, L. H. M. M. As Instituições Financeiras no Direito Pátrio: Definição e Caracterização de Atividade Própria ou Exclusiva. **Revista do Tribunal Regional Federal**, v.36, n. 142, 1999. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/477>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de Crédito – Concessão e Gerência de Empréstimos**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de Crédito – Concessão e Gerência de Empréstimos**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, J. P. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, J. P. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.